

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABERAÍ - GO

Estudo Técnico Preliminar 64/2026

1. Informações Básicas

Número do processo: 3908/2026

2. Descrição da necessidade

Nos termos do Art. 18, § 1º, inciso I, a presente demanda decorre da necessidade de promover adequações e melhorias na quadra poliesportiva, localizada na **Rua S-2, esquina com a Rua T-6, Bairro Vila Comunitária, no município de Itaberaí – Goiás**, com área construída aproximada de **800 m²**.



Figura 01: Localização da Quadra

A quadra em questão apresenta inadequações de ordem estrutural, funcional e de conservação, bem como inconformidades de execução em relação ao projeto original, conforme apontado pelo SIMEC, que comprometem sua plena utilização pela comunidade local.,

De acordo com o relatório, as instalações elétricas foram executadas em desacordo com o projeto, destacando-se, entre outras falhas, a ausência do quadro geral de cargas e inconsistências na distribuição dos circuitos. No tocante à cobertura, verificou-se a inexistência de elementos estruturais essenciais ao seu adequado desempenho, como mãos francesas, terças centrais e o correto alinhamento dos espaçadores, comprometendo a estabilidade e a durabilidade do sistema.

Também foi identificada a implantação da edificação em desconformidade com o projeto, com diferenças de níveis não previstas, o que impacta diretamente as condições de acessibilidade. No que se refere à estrutura, o relatório aponta que os pilares executados divergem das especificações de projeto, o que pode comprometer a estabilidade global da edificação.

Adicionalmente, foram constatadas diversas inexecuções, tais como esquadrias, alambrado, calhas, louças e metais sanitários, além de itens essenciais à acessibilidade, como barras de apoio para pessoas com deficiência (PNE) e chuveiros, evidenciando a necessidade de intervenções corretivas para a adequada conclusão e funcionalidade do equipamento público.

Tais limitações impactam diretamente a segurança da oferta de espaços adequados para a prática esportiva, atividades recreativas, eventos comunitários e ações educacionais, reduzindo o potencial de atendimento às políticas públicas voltadas ao esporte, lazer, inclusão social e qualidade de vida da população.

Considerando que a quadra poliesportiva constitui equipamento público essencial, especialmente em regiões de maior vulnerabilidade social, sua adequada manutenção e adaptação são imprescindíveis para assegurar o uso seguro, acessível e eficiente do espaço, em conformidade com as normas técnicas, de segurança e de acessibilidade vigentes.

Dessa forma, evidencia-se o interesse público na realização do Estudo Técnico Preliminar a fim de evidenciar e avaliar as **alternativas possíveis para a solução dos problemas existentes**, incluindo intervenções de adequação, melhoria e/ou requalificação do equipamento, de modo a subsidiar a tomada de decisão administrativa quanto à solução mais vantajosa para a Administração Pública, sob os aspectos técnico, econômico e social.

3. Descrição dos Requisitos da Contratação

O presente item atende ao disposto no art. 18, § 1º, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, contemplando os requisitos necessários à adequada caracterização da futura contratação destinada à intervenção na Quadra Poliesportiva padrão FNDE. Ressalta-se que, nesta fase de planejamento, ainda se encontra em avaliação a solução técnica mais adequada à necessidade administrativa, podendo envolver reforma, adequação, ampliação ou outra alternativa tecnicamente viável, razão pela qual os requisitos ora descritos possuem caráter geral e orientador.

A futura contratação deverá observar integralmente as normas técnicas aplicáveis à construção civil e às edificações de uso coletivo, em especial as normas da ABNT relativas a estruturas, instalações prediais, acessibilidade (NBR 9050), instalações elétricas de baixa tensão (NBR 5410), desempenho das edificações (NBR 15575), bem como as Normas Regulamentadoras de segurança do trabalho e demais legislações específicas incidentes. Deverão também ser observados, quando aplicáveis, os padrões técnicos estabelecidos pelo FNDE para quadras poliesportivas, assegurando compatibilidade com o modelo originalmente implantado.

A solução a ser definida deverá garantir condições adequadas de segurança estrutural, estabilidade, funcionalidade, desempenho e durabilidade da edificação, assegurando o pleno atendimento ao interesse público e a adequada utilização do equipamento pela comunidade. Deverá, ainda, contemplar condições de acessibilidade, segurança operacional e conforto compatíveis com equipamentos públicos de uso coletivo.

A execução dos serviços deverá ocorrer sob responsabilidade de profissional legalmente habilitado, com emissão da respectiva ART ou RRT, cabendo à futura contratada observar rigorosamente os projetos, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias e demais peças técnicas que integrarão o processo licitatório.

Quanto à natureza do objeto, a contratação possuirá caráter não continuado, por se tratar de intervenção com escopo previamente definido e resultado específico, não se caracterizando como prestação de serviços de natureza contínua. Assim, não se vislumbra necessidade de prorrogação contratual para além do prazo inicialmente fixado, salvo hipóteses excepcionais devidamente fundamentadas nos termos da legislação vigente.

Deverão ser incorporadas, sempre que técnica e economicamente viáveis, práticas de sustentabilidade, incluindo a gestão e destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil, a priorização de materiais com melhor desempenho ambiental, a adoção de soluções que promovam eficiência energética — especialmente em sistemas de iluminação — e o uso racional de recursos naturais durante a execução.

Não se verifica, neste momento, necessidade de transição contratual com transferência de tecnologia ou conhecimento específico, considerando que a contratação terá escopo delimitado e não envolverá operação continuada. Também não haverá indicação de marca específica, salvo quando tecnicamente justificado para assegurar compatibilidade com sistemas existentes, padronização administrativa ou manutenção de garantias.

4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Secretaria Municipal de Educação	Carla de Deus Lima Lemes

5. Levantamento de Mercado

No que se refere ao levantamento de mercado, esta etapa consiste na identificação, pesquisa e análise das alternativas possíveis para atender à necessidade previamente definida, qual seja, a adequação e melhoria da quadra poliesportiva padrão FNDE localizada no município de Itaberaí/GO, considerando as condições atuais do equipamento e o interesse público envolvido. O levantamento não se limita à identificação de uma única forma de enfrentamento do problema, mas busca compreender, sob os aspectos técnicos e econômicos, as diferentes possibilidades existentes no mercado capazes de atender à demanda apresentada.

A análise parte da correta definição do problema, que não se restringe à existência física da quadra, mas às limitações que atualmente impedem sua plena utilização pela comunidade. A partir desse prisma, torna-se possível avaliar alternativas distintas, que podem envolver diferentes abordagens quanto ao nível de intervenção, metodologias, técnicas construtivas, tipos de serviços ou escopos de contratação, sem pressupor, de forma antecipada, uma única solução como a mais adequada.

Nesse contexto, o levantamento de mercado também permite avaliar se determinadas exigências técnicas ou requisitos previamente definidos podem impactar o nível de competitividade do certame, especialmente nos casos em que se identifique restrição significativa no número de potenciais fornecedores. Nessa hipótese, deverá ser analisada a indispensabilidade de tais requisitos, com vistas à sua eventual flexibilização, desde que não comprometam a qualidade, a segurança e o atendimento ao interesse público.

Com base no levantamento de mercado realizado e considerando a necessidade de restabelecer a funcionalidade da quadra poliesportiva, foram identificadas alternativas possíveis para o enfrentamento do problema, as quais foram analisadas sob os aspectos técnicos e econômicos, conforme quadro a seguir:

--

Alternativas de solução	Vantagens	Desvantagens	Análise
Adequação e melhoria da quadra existente.	Aproveitamento da estrutura já construída; atendimento às normas técnicas e de acessibilidade; ampliação da vida útil do equipamento.		Custo-benefício satisfatório por solucionar e adequar de forma integral todos as questões a serem atendidas e viabilizando de forma definitiva a utilização segura do ambiente público.
Construção de nova quadra em outro local.	Possibilidade de projeto totalmente novo e com maior flexibilidade de execução.	Alto custo financeiro; maior prazo de execução; desperdício do equipamento existente; possível insisponibilidade de local para a nova construção que atenda às áreas necessárias e ao público da região.	Custo-benefício desfavorável em razão do elevado investimento e da existência de estrutura passível de aproveitamento.
Demolição da quadra existente e construção de uma nova no mesmo local	Possibilidade de projeto totalmente novo e com maior flexibilidade de execução.	Alto custo de demolição integral da quadra existente, demandando também mais prazo para os serviços de engenharia, além do desperdício de elementos não reutilizáveis.	Alto custo de demolição e construção, tornando o custo-benefício inviável ao interesse público.
Desativação da quadra e utilização de outros espaços públicos ou privados.	Ausência de custos diretos com obras.	Redução da oferta de equipamento público no bairro; dependência de terceiros; impacto social negativo; em caso de espaços privados, a despesa continuada com aluguel.	Custo-benefício negativo por comprometer o atendimento ao interesse público e às políticas de esporte e lazer.

Com a análise das alternativas identificadas, verifica-se que a alternativa de **Adequação e melhoria da quadra existente** apresenta-se como a solução mais vantajosa para a Administração Pública. Do ponto de vista técnico, essa alternativa permite a correção das inadequações atuais, a adequação às normas técnicas, de segurança e acessibilidade vigentes e o pleno aproveitamento da estrutura existente, garantindo melhores condições de uso à comunidade. Sob o aspecto econômico, demonstra equilíbrio entre investimento necessário e benefícios gerados, uma vez que evita os elevados custos e prazos associados à construção de um novo equipamento, ao mesmo tempo em que reduz o risco de gastos recorrentes decorrentes de intervenções paliativas.

Dessa forma, com base no levantamento de mercado realizado, nas análises técnicas e econômicas empreendidas e na observância do interesse público, conclui-se que a alternativa escolhida é a que melhor atende aos requisitos da contratação, assegurando a utilização eficiente dos recursos públicos e a melhoria efetiva do equipamento esportivo disponibilizado à população.

6. Descrição da solução como um todo

A solução escolhida consiste na contratação destinada à adequação e melhoria da quadra poliesportiva padrão FNDE existente, compreendida de forma integrada e sistêmica, abrangendo todos os elementos necessários para que o equipamento público atinja condições adequadas de funcionalidade, segurança, acessibilidade e desempenho, conforme as necessidades da Administração e da comunidade usuária. A descrição da solução como um todo contempla, portanto, o conjunto de atividades, serviços e entregas indispensáveis à consecução dos resultados pretendidos, em consonância com as justificativas técnicas e econômicas apresentadas no levantamento de mercado.

A solução envolve a realização de serviços técnicos compatíveis com a natureza do objeto, observando-se metodologia adequada à complexidade da edificação e às condições existentes, de modo a assegurar que as intervenções sejam devidamente planejadas, executadas e acompanhadas. Deverão ser considerados, de forma integrada, os aspectos estruturais, funcionais, operacionais e normativos da quadra, bem como as exigências legais e técnicas aplicáveis às edificações públicas destinadas à prática esportiva e ao uso coletivo.

No âmbito da execução do objeto, a solução pressupõe a adoção de um modelo que permita o adequado controle das etapas e das entregas, garantindo que os serviços sejam realizados conforme as especificações técnicas definidas, os prazos estabelecidos e os padrões mínimos de qualidade exigidos. A gestão do contrato deverá possibilitar o acompanhamento sistemático da execução, com mecanismos de fiscalização, verificação da conformidade dos serviços e registro das ocorrências relevantes, assegurando a adequada interação entre a Administração e a contratada.

A solução também contempla a definição de critérios gerais de medição e pagamento, vinculados à efetiva execução e aceitação dos serviços, de forma a assegurar a correspondência entre o desembolso de recursos públicos e os resultados entregues. Tais critérios deverão considerar a natureza das atividades contratadas e as etapas necessárias para a completa execução do objeto, resguardando os princípios da eficiência, economicidade e transparência.

No que se refere às exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando aplicável, a solução deverá assegurar que os serviços executados e os elementos eventualmente instalados ou utilizados apresentem durabilidade, desempenho adequado e condições de conservação compatíveis com o uso público do equipamento. Deverá ser considerada, ainda, a necessidade de orientações técnicas, manuais, informações ou esclarecimentos que auxiliem a Administração na adequada utilização e conservação da quadra após a conclusão da contratação.

Quanto aos critérios de seleção do fornecedor, a solução pressupõe a exigência de capacidade técnica compatível com a complexidade e a natureza do objeto, de modo a assegurar que a futura contratada possua experiência e qualificação suficientes para executar os serviços de forma satisfatória. Essas exigências deverão ser definidas de maneira proporcional e adequada, sem restringir indevidamente a competitividade, observando-se os princípios que regem as contratações públicas.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

No que se refere às estimativas das quantidades necessárias para a contratação, apresentam-se, com base em levantamentos técnicos preliminares, os seguintes quantitativos estimados para a intervenção: **480,00 m² de área de quadra, 76,20 metros lineares de alambrado, 71,46 m² de arquibancada, 60,96 m² de sanitários/vestiários, 980,40 m² de cobertura em estrutura metálica com telha ondulada**, além de **6 unidades de chuveiros, 6 bacias sanitárias, 6 lavatórios e 6 torneiras**, bem como **9 portas**. Tais quantitativos foram definidos considerando as características físicas da edificação, seu estado atual de conservação e o escopo dos serviços necessários à sua adequada recuperação e funcionalidade.

As quantidades estimadas refletem, de forma coerente, a dimensão e a complexidade das intervenções previstas, devendo ser acompanhadas das respectivas memórias de cálculo e dos documentos técnicos que lhes dão suporte, de modo a assegurar transparência, rastreabilidade e consistência às informações utilizadas no planejamento da contratação.

As memórias de cálculo futuras, as quais serão utiilizadas na planilha orçamentária, deverão considerar dados obtidos a partir de vistorias técnicas, medições in loco, análises de projetos e parâmetros de referência aplicáveis a equipamentos esportivos de porte e tipologia semelhantes, bem como normas técnicas vigentes e orientações de órgãos competentes. Sempre que possível, deverão ser utilizados critérios objetivos e metodologias reconhecidas, de forma a reduzir margens de imprecisão e permitir a adequada verificação dos quantitativos estimados.

Ressalta-se que as estimativas de quantidades possuem caráter preliminar nesta fase do planejamento, podendo ser ajustadas e refinadas em etapas posteriores, especialmente durante a elaboração do Termo de Referência e dos projetos técnicos correspondentes, desde que mantida a coerência com a necessidade definida e com os estudos que fundamentaram o presente ETP.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 553.318,49

Em atendimento ao art. 18, § 1º, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021, a estimativa do valor da contratação foi elaborada com base em parâmetros objetivos de mercado, utilizando como referência contratação pública anterior de objeto similar.

Adotou-se como parâmetro a **Tomada de Preço nº 10/2022**, Processo nº 15722/2022, promovida pelo Fundo Municipal de Educação – FME, cujo objeto consistiu na contratação de serviços de reforma de quadras poliesportivas no Município de Itaberaí, homologada em 06/12/2022, com valor total de R\$ 1.079.510,44.

TOMADA DE PREÇO 10/2022	
ÓRGÃO	
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - FME	
NÚMERO DO PROCESSO	
15722/2022	
SITUAÇÃO	VALOR ESTIMADO
Homologada	1.079.510,44
DATA DE PUBLICAÇÃO	DATA DE HOMOLOGAÇÃO
12/09/2022	06/12/2022
DATA DA SESSÃO	
28/09/2022 09:00	
DESCRIÇÃO / HISTÓRICO	
CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE REFORMA DE QUADRAS POLIESPORTIVAS DE ITABERAÍ	

Figura 02 - Valor de referência (Fonte: portal de licitações do município de Itaberaí).

Para fins comparativos, destaca-se que a área total contemplada na licitação paradigma foi de **1.560,78 m²**, ao passo que a quadra FDE objeto do presente Estudo Técnico Preliminar possui área aproximada de **800,00 m²**.Aplicando-se proporcionalmente esse valor médio à área de 800,00 m², chega-se a uma estimativa preliminar de:

R\$ 1.079.510,44	_____	1.560,78m ²
X	_____	800m ²
	X=	553.318,49

Figura 03 - Memorial de cálculo (Fonte: próprio autor).

Tem-se, com os dados acima, o seguinte valor estimado para a obra: R\$553.318,49 (quinhentos e cinquenta e três mil, trezentos e dezoito reais e dezenove centavos).

Ressalta-se que o valor acima representa **estimativa preliminar paramétrica**, utilizada exclusivamente como referência de viabilidade orçamentária no âmbito do ETP, devendo a estimativa definitiva ser consolidada por meio de orçamento analítico detalhado, com composições unitárias, memórias de cálculo e preços referenciais atualizados, conforme exigências legais.

Dessa forma, conclui-se que a utilização da Tomada de Preço nº 10/2022 como parâmetro atende aos princípios da razoabilidade, economicidade e fundamentação técnica da estimativa, conferindo respaldo objetivo à projeção de custos desta contratação.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Definido o objeto destinado à adequação funcional, de acessibilidade e de segurança da quadra poliesportiva, procede-se à análise quanto à viabilidade técnica e econômica do parcelamento da contratação. Essa avaliação considera a natureza dos serviços a serem executados, a forma de integração entre as atividades, as condições do mercado fornecedor e os impactos do eventual fracionamento sobre a gestão contratual e os resultados pretendidos pela Administração Pública.

Embora seja possível identificar diferentes tipos de serviços no escopo da contratação, tais como serviços técnicos preliminares, adequações funcionais, intervenções relacionadas à acessibilidade e serviços complementares, verifica-se que tais atividades apresentam elevado grau de interdependência entre si, demandando planejamento integrado, execução coordenada e responsabilidade técnica unificada. A fragmentação da contratação em parcelas autônomas poderia comprometer a compatibilidade entre os serviços, dificultar a fiscalização, aumentar os custos administrativos de gestão contratual e gerar riscos quanto à qualidade final do objeto.

Do ponto de vista econômico, o parcelamento não se mostra vantajoso, uma vez que a contratação integrada tende a proporcionar economia de escala, maior eficiência na mobilização de recursos, otimização de prazos e redução de custos indiretos, quando comparada à celebração de múltiplos contratos para objetos correlatos. Ademais, a contratação de um único fornecedor facilita a definição de responsabilidades, reduz riscos de conflitos técnicos entre contratadas distintas e contribui para maior controle e previsibilidade da execução.

Nos termos do art. 40, § 3º, da Lei nº 14.133/2021, o parcelamento deixa de ser recomendado quando a economia de escala, a redução dos custos de gestão contratual e a maior vantagem para a Administração indicam a contratação do objeto por meio de um único ajuste, bem como quando o conjunto de serviços configura um sistema integrado, cuja fragmentação possa representar risco ao resultado pretendido. No caso em análise, tais circunstâncias estão presentes, reforçando a opção pela não adoção do parcelamento.

Dessa forma, conclui-se que a contratação deverá ocorrer de forma não parcelada, por se tratar de objeto integrado, cuja execução conjunta é técnica e economicamente mais adequada, assegurando maior eficiência administrativa, redução de riscos e melhor atendimento ao interesse público, sem prejuízo à competitividade do certame.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

No que se refere às contratações correlatas e/ou interdependentes, procede-se à análise da existência de ajustes, aquisições ou serviços que guardem relação direta ou indireta com o objeto da contratação pretendida, de modo a proporcionar uma visão global das ações necessárias para que os resultados almejados pela Administração Pública sejam plenamente alcançados. Essa avaliação visa identificar possíveis interações entre a contratação em análise e outras iniciativas já realizadas, em andamento ou previstas, evitando sobreposições, lacunas ou incompatibilidades no planejamento administrativo.

No contexto da adequação funcional, de acessibilidade e de segurança da quadra poliesportiva padrão FNDE, verifica-se que podem existir contratações correlatas relacionadas à aquisição de materiais, equipamentos esportivos, mobiliários ou sinalizações complementares, que, embora contribuam para a plena utilização do espaço, não são indispensáveis à execução do objeto principal, podendo ser contratadas de forma independente, conforme a conveniência e a disponibilidade orçamentária da Administração.

Quanto às contratações interdependentes, a execução do objeto poderá ser influenciada por ações administrativas e operacionais sob responsabilidade de diferentes setores da Administração Pública, tais como eventuais adequações do entorno, organização da rotina de uso do equipamento, definição de

responsáveis pela gestão do espaço e capacitação de servidores ou colaboradores envolvidos na manutenção e no acompanhamento das atividades desenvolvidas na quadra. A ausência ou o atraso na implementação dessas ações pode impactar a efetividade da contratação, ainda que não impeça sua execução formal.

Nesse sentido, torna-se relevante o levantamento prévio das ações complementares necessárias à adequada utilização do equipamento após a conclusão dos serviços, bem como a definição dos setores responsáveis por sua implementação. Caso identificadas, tais ações deverão ser organizadas em cronograma específico, a ser juntado ao processo administrativo, e consideradas no gerenciamento de riscos, especialmente quanto à possibilidade de frustração dos resultados pretendidos caso os ajustes não ocorram em tempo hábil.

Assim, a análise das contratações correlatas e interdependentes contribui para o aprimoramento do planejamento da contratação, permitindo a adoção de medidas preventivas e coordenadas, assegurando que o objeto contratado esteja devidamente integrado às demais ações administrativas e produza, de forma efetiva e sustentável, os benefícios esperados pela Administração Pública e pela coletividade.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Não existe Plano Anual de Contratações regulamentado no âmbito municipal.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Os resultados pretendidos com a contratação vinculam-se diretamente à necessidade identificada de promover a adequação funcional, de acessibilidade e de segurança da quadra poliesportiva, de modo a assegurar seu pleno uso pela comunidade e o adequado atendimento às políticas públicas de esporte, lazer e inclusão social. A contratação busca solucionar as limitações atualmente existentes no equipamento, garantindo melhores condições de utilização, conservação e gestão do espaço público.

Em termos de economicidade, espera-se que a contratação possibilite o aproveitamento eficiente da estrutura já existente, reduzindo a necessidade de investimentos mais elevados associados à substituição ou construção de novo equipamento, bem como minimizando custos futuros decorrentes de intervenções corretivas frequentes. A adoção de soluções compatíveis com a durabilidade e o desempenho esperados contribui para a redução de gastos ao longo do ciclo de vida do equipamento, promovendo o uso racional dos recursos financeiros disponíveis.

Quanto ao melhor aproveitamento dos recursos humanos, a contratação pretende proporcionar condições adequadas para que servidores e colaboradores envolvidos na gestão e utilização da quadra possam desempenhar suas atividades de forma mais eficiente e segura, reduzindo esforços operacionais, retrabalhos e demandas extraordinárias decorrentes de falhas ou inadequações do espaço. A clareza das intervenções e a padronização das condições de uso favorecem a organização das rotinas administrativas e operacionais relacionadas ao equipamento.

No que se refere aos recursos materiais, os resultados almejados incluem a melhoria da funcionalidade e da conservação da quadra, assegurando que os materiais e componentes empregados apresentem desempenho adequado e vida útil compatível com o uso público intensivo. Espera-se, assim, maior eficiência na utilização dos bens públicos, com redução de desperdícios e otimização da manutenção ao longo do tempo.

De forma objetiva, a contratação visa disponibilizar à população um espaço esportivo público plenamente funcional, seguro e acessível, apto a atender um maior número de usuários e atividades, ampliando a oferta de ações esportivas, recreativas e comunitárias no bairro Vila Comunitária e em seu entorno. Esses resultados refletem o melhor aproveitamento dos recursos financeiros investidos, a maximização dos benefícios sociais gerados e o atendimento efetivo ao interesse público que fundamenta a contratação.

13. Providências a serem Adotadas

Previamente à celebração do contrato, deverão ser adotadas pela Administração as providências necessárias para assegurar que a execução do objeto ocorra de forma planejada, eficiente e em conformidade com as exigências legais, técnicas e operacionais aplicáveis. Tais providências envolvem tanto a preparação administrativa quanto a adequação do ambiente onde os serviços serão executados, de modo a reduzir riscos e garantir a efetividade da futura contratação.

No âmbito administrativo, caberá à Administração designar formalmente os responsáveis pela fiscalização e pela gestão do contrato, assegurando que os servidores ou empregados indicados possuam conhecimento compatível com a natureza do objeto. Quando necessário, deverão ser promovidas ações de capacitação ou orientações técnicas específicas, voltadas ao acompanhamento da execução, à verificação da conformidade dos serviços, ao registro de ocorrências e à adoção das medidas administrativas pertinentes, em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021.

Quanto à adequação do ambiente, deverá ser realizada análise prévia das condições do local onde se situa a quadra poliesportiva, abrangendo aspectos como espaço disponível, condições de acesso, rede elétrica existente, voltagem, iluminação, drenagem, estado de conservação das instalações e demais elementos que possam interferir na execução dos serviços. Eventuais interferências físicas ou operacionais que possam impactar o início ou o andamento da execução deverão ser previamente identificadas e, quando cabível, removidas ou ajustadas pela Administração antes do início dos trabalhos.

Deverão também ser providenciadas, previamente à execução, as autorizações, licenças, alvarás ou anuências eventualmente exigidas pelos órgãos competentes, bem como a comunicação e o alinhamento com setores internos ou entidades envolvidas, de modo a evitar atrasos ou impedimentos à execução contratual. Essas providências incluem, quando aplicável, a organização do uso do espaço durante o período de execução, garantindo a segurança dos usuários e a continuidade das atividades administrativas essenciais.

Assim, a adoção antecipada dessas providências contribui para a mitigação de riscos, o fortalecimento da gestão e da fiscalização contratual e a criação de condições adequadas para que a contratação alcance os resultados pretendidos, assegurando o cumprimento dos prazos, a qualidade dos serviços e a adequada aplicação dos recursos públicos.

14. Possíveis Impactos Ambientais

No que se refere aos possíveis impactos ambientais decorrentes da execução do objeto, considera-se que as atividades relacionadas à adequação funcional, de acessibilidade e de segurança da quadra poliesportiva poderão gerar impactos ambientais pontuais e temporários, especialmente aqueles associados à geração de resíduos, ao consumo de materiais e recursos naturais e à eventual interferência no entorno durante o período de execução dos serviços. Tais impactos, embora de pequena magnitude, devem ser devidamente identificados e gerenciados de modo a minimizar seus efeitos adversos ao meio ambiente.

Entre os principais impactos potenciais, destacam-se a geração de resíduos sólidos provenientes de serviços de adequação e ajustes, o consumo de energia elétrica e de água durante a execução das atividades e a utilização de materiais que, ao final de sua vida útil, demandem destinação ambientalmente adequada. Para mitigação desses impactos, deverão ser adotadas medidas voltadas à redução, reutilização e reciclagem de resíduos, priorizando-se, sempre que possível, o reaproveitamento de materiais e a correta segregação dos resíduos gerados, em conformidade com a legislação ambiental vigente.

Deverão ser observados requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, mediante a adoção de práticas que promovam a eficiência energética, o uso racional da água e a escolha de materiais com maior durabilidade e menor impacto ambiental ao longo de seu ciclo de vida. Tais requisitos contribuem para a redução dos custos operacionais futuros e para o alinhamento da contratação às diretrizes de desenvolvimento sustentável adotadas pela Administração Pública.

Quando aplicável, deverá ser prevista a logística reversa para o desfazimento e a destinação adequada de materiais, componentes ou refugos resultantes da execução dos serviços, garantindo que resíduos passíveis de reciclagem ou reaproveitamento sejam encaminhados a destinos ambientalmente corretos, conforme as normas e responsabilidades estabelecidas na legislação pertinente. Essa prática visa reduzir a disposição inadequada de resíduos e promover a sustentabilidade ambiental.

Dessa forma, a consideração dos impactos ambientais e das medidas mitigadoras associadas à contratação reforça o compromisso da Administração com a proteção do meio ambiente, o uso responsável dos recursos naturais e a adoção de práticas sustentáveis, assegurando que a execução do objeto ocorra de maneira ambientalmente adequada e compatível com o interesse público.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Diante de todo o exposto no presente Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação proposta mostra-se adequada, necessária e compatível com o atendimento da necessidade identificada pela Administração Pública, qual seja, a promoção de condições adequadas de funcionalidade, acessibilidade e segurança da quadra poliesportiva padrão FNDE localizada no município de Itaberaí/GO. As análises realizadas demonstram que a solução selecionada atende de forma consistente ao interesse público, estando alinhada às diretrizes legais, técnicas, econômicas e administrativas aplicáveis.

O levantamento de mercado evidenciou que a alternativa escolhida apresenta a melhor relação entre custo e benefício, permitindo o aproveitamento racional da estrutura existente, a otimização dos recursos financeiros disponíveis e a mitigação de riscos associados a intervenções inadequadas ou antieconômicas. As estimativas de quantidades e de custos foram elaboradas com base em parâmetros de mercado e referências técnicas compatíveis, revelando viabilidade econômica e aderência à realidade orçamentária da Administração.

Adicionalmente, verificou-se que a forma de contratação definida, sem parcelamento do objeto, mostra-se técnica e economicamente mais vantajosa, considerando a natureza integrada dos serviços e a necessidade de coordenação única para garantir a qualidade e a eficiência da execução. Foram também identificadas e analisadas as contratações correlatas e interdependentes, bem como as providências administrativas e operacionais necessárias à adequada implementação do objeto, o que contribui para um planejamento mais consistente e para a redução de riscos ao sucesso da contratação.

Os resultados pretendidos foram claramente definidos em termos de economicidade, eficiência e melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros, destacando-se os benefícios diretos à população usuária do equipamento e o fortalecimento das políticas públicas de esporte, lazer e inclusão social. Ademais, foram considerados os possíveis impactos ambientais e estabelecidas diretrizes mitigadoras, reforçando o compromisso da Administração com práticas sustentáveis e com o uso responsável dos recursos naturais.

Dessa forma, o posicionamento conclusivo é favorável à realização da contratação, por entender-se que ela se mostra plenamente adequada ao atendimento da necessidade a que se destina, tecnicamente viável, economicamente justificável e alinhada aos princípios da legalidade, eficiência, economicidade e interesse público que regem as contratações públicas.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

HYAN PESSONI ROSA

Diretor de Serviços de Engenharia



Assinou eletronicamente em 10/04/2026 às 10:44:35.